

— ASSEMBLEIA CONJUNTA —

13/4
Terça

14 horas

Auditório 93

Campus UERJ/Maracanã

Pauta:

Campanha Salarial Unificada 2010,
Avaliação de Conjuntura e Informes



No próximo dia 13/04, às 14h, as categorias de trabalhadores da Uerj, técnico-administrativos e docentes, têm um compromisso marcado. A Assembleia Conjunta será realizada no Auditório 93, Campus Uerj/Maracanã. Na pauta estão: Campanha Salarial Unificada 2010, Análise da Conjuntura e Informes. A assembleia seria realizada no último dia 07, mas devido às recorrentes chuvas que assolaram a região metropolitana do Rio de Janeiro, as entidades re-marcaram a atividade.

O momento de luta é importante, por isso devemos nos manter mobilizados. A união das categorias de trabalhadores da Uerj é mais um passo em direção ao fortalecimento das reivindicações, especialmente a campanha salarial. A cada dia sentimos os quase dez anos de arrocho salarial, de desvalorização dos trabalhadores, de falta de condições de trabalho. Já são mais de 80% de perdas acumuladas nessa quase uma década de desrespeito. Os trabalhadores da Uerj não vão mais permitir que esta situação continue como está!

Por isso, compareça à assembleia, fortaleça a nossa luta, mobilize seu setor!

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

Paralisação na Uenf: chega de desculpas! Queremos o nosso reajuste!

Foi realizada nesta quarta-feira, dia 7 de abril, a assembleia dos trabalhadores técnico-administrativos da Uenf. O principal ponto da assembleia foi a campanha salarial. Uma das reivindicações é a recomposição das perdas salariais acumuladas de 82%, principal ponto da pauta dos técnico-administrativos. Na ocasião, também foi aprovada e deliberada a unidade da mobilização com o segmento docente. Cerca de 80 pessoas compareceram à assembleia e, segundo o diretor do Sintuperj, Paulo César Paes, a categoria respondeu bem ao chamado.

Outra deliberação da assembleia foi a paralisação dos servidores com os docentes nos próximos dias 14 e 15 de abril. Pedro Brasil, diretor da executiva da Uenf, enfatizou a questão da correção da tabela do Plano de Cargos e Vencimentos (PCV) e do reajuste salarial. "Há uma diferença que chega a 149% entre técnicos do nível elementar e técnicos de nível superior que precisamos superar e avançar, além dos necessários 82% de recomposição salarial", ele afirmou. "A correção da tabela salarial é uma questão de justiça", acrescentou Pedro Brasil. O presidente da Aduenf, Marcos Pedlowski, avalia que a unidade entre as categorias é fundamental. "Tivemos dificuldade já que o reitor excluiu as entidades sindicais das negociações. Não há como pensar em recomposição das perdas salariais separando servidores docentes dos servidores não docentes", ele declarou.

A paralisação será nos próximos dias 14 e 15 de abril, no campus da Uenf. Esta mobilização também significa a ampliação do diálogo com a sociedade regional através de panfletagens e manifestações em locais públicos.

Mais um passo contra a privatização do Hupe

Comunidade universitária se reúne na Alerj para denunciar abandono

Camila Marins



José Arnaldo Gama lê carta pedindo a retirada da minuta e a abertura de uma de uma estatuinte.

“Vocês estão vendo chifre em cabeça de cavalo”, esta foi uma das declarações feitas durante a segunda audiência pública sobre a situação do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) realizada na segunda-feira, dia 5, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). No entanto, o que vemos no Hupe são verdadeiros unicórnios pelos corredores, já que o sucateamento do hospital é visível. Basta caminhar pelos corredores e percebemos a falta de equipamentos, medicamentos, estrutura e servidores devido à falta de concurso público. Esta audiência pública é fruto da crescente mobilização dos trabalhadores que, desde o dia 18 de dezembro, pressionam a reitoria pela retirada da minuta que abre a possibilidade da entrada das Fundações Estatais de Direito Privado (FDP's) no Hupe.

Depois de faltar a um ato público realizado no próprio hospital e a uma audiência pública, finalmente, Vieiralves compareceu à Alerj, já que se ausentara da

discussão até então. Embora tenha comparecido, o reitor demonstrou uma clara política de fuga do debate.

Caminho para a privatização

Inicialmente, a Comissão de Educação – formada pelos deputados: Alessandro Molon (PT), Comte Bittencourt (PPS), Marcelo Freixo (PSOL) e Paulo Ramos (PDT) – ouviu os representantes do Conselho Universitário (Consun). “Esta minuta significa um caminho curto para a privatização do Hupe e solicitamos a interferência parlamentar para dar visibilidade a esta situação, porque a minuta como está, não dá. Diante disso, é claro que a comunidade universitária vai se levantar”, denunciou o conselheiro da bancada técnico-administrativa, Jorge Luís Mattos de Lemos, “Gaúcho”.

Luta pelos 6% da RTL

A presidente da Asduerj, Cleier Marcossin, salientou o prejuízo que o Plano

de Carreira Docente (PCD) causou para os servidores técnico-administrativos. “Foi preciso que a Comissão de Educação defendesse emendas para tentar melhorar o plano, embora o prejuízo dos técnico-administrativos tenha chegado a 30% com o PCD imposto pelo reitor. Se Vieiralves fala tanto em autonomia, porque não luta pelo repasse dos 6% da Receita Líquida Tributária do Estado para a Universidade? Se tivéssemos os 6% garantidos, teríamos autonomia e não estaríamos vivendo problemas gravíssimos resultantes do subfinanciamento”, ela afirmou. O instrumento que garante o repasse dos 6% da RLT à universidade é o artigo nº 309 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Pela retirada da minuta

O coordenador geral do Sintuperj, José Arnaldo Gama, leu uma carta à Comissão de Educação da Alerj. “O Hupe é tema de mudança estatutária. Sua discussão deve ensejar alterações permanentes que cristalizem uma visão pública, transparente e democrática de gestão, a fim de que as gerações futuras não fiquem à mercê de interesses corporativos e momentâneos de grupos que estejam no comando da estrutura universitária. Mudanças devem ser fruto do debate amplo e plural, promovendo uma síntese dos diversos olhares e das mais variadas ideias e concepções de gestão de órgãos públicos”, afirmou. Por fim, o dirigente sindical propôs a retirada da minuta de pauta e a abertura imediata de um processo estatuinte.

Leia a matéria completa na nossa página eletrônica:

www.sintuperj.org.br